



ANEXO III:

MARCO CONCEITUAL PARA A POLITICA DE REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO DEFINIDAS PELO BANCO MUNDIAL

RIO GRANDE DO SUL

ANEXO 5

**MARCO CONCEITUAL DA POLÍTICA DE
REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO**

**PDMI – PROJETO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL
INTEGRADO**

Ano 2007

Índice

1. Apresentação	2
2.1. Descrição Geral do Programa	3
2.2. Objetivos do Programa	3
2.3. Componentes do Programa	4
3. Fundamentos da Política de Reassentamento Involuntário	7
4. Formulação da Política de Reassentamento Involuntário	10
4.1. Situação de Afetação	10
4.2. Política de Atendimento e Critérios de Elegibilidade	11
4.3. Participação Comunitária e Mecanismos de Reclamos	12
4.4. Reassentamento – Banco de Terras, Unidades Habitacionais	13
4.5. Modalidades de Atendimento	14
4.6. Interrupção de Atividades Produtivas	15
4.7. Mecanismos de Controle de Re-Ocupação	15
5. Procedimentos para Elaboração de Plano de Reassentamento Involuntário	16
6. Procedimentos de Desapropriação	23

1. Apresentação

As administrações municipais dos municípios de Bage, Pelotas, Santa Maria, Rio Grande e Uruguaiana apresentam neste documento o Marco Conceitual da Política de Reassentamento Involuntário para o Projeto de Desenvolvimento Municipal Integrado – Acordo de Doação BIRD TF 055121.

As obras previstas pelo Projeto nestes municípios ocasionarão transformações relevantes, nas áreas de intervenção, de natureza urbana ambiental e social, com destaque para as obras de saneamento, de redução dos riscos de inundação e geológicos, de infra-estrutura urbana e de resíduos sólidos. Para isto será necessária a promoção de relocação de pessoas.

A opção por elaborar o Marco Conceitual da Política de Reassentamento Involuntário, neste estágio do Programa, está relacionada à concepção do PDMI - Projeto de Desenvolvimento Municipal Integrado que realizará os projetos básicos e executivos das áreas de intervenção, somente após a aprovação do Programa. Devendo posteriormente, ser elaborado Plano de Reassentamento Involuntário para cada componente do Projeto que demandar a relocação de pessoas.

Este trabalho apresenta a peculiaridade de estabelecer de forma conjunta para os 5 municípios que participam do Programa os conceitos a serem adotados durante à execução dos trabalhos no que se refere à relocação de pessoas de forma involuntária.

Contudo, é importante ressaltar que os municípios de Santa Maria e Rio Grande deverão, conforme projeto, relocar um número significativo de famílias para implantação de suas obras. Os demais municípios deverão executar eventuais relocações.

Diante desta realidade o presente documento estabeleceu, fundamentado em um único conceito de reassentamento, a diferentes estratégias de trabalho para as duas situações, ou seja, no capítulo 5, definem-se os procedimentos para projetos que envolvem a relocação de muitas pessoas, e no capítulo 6, os procedimentos para relocação eventual.

Importante, os fundamentos e políticas descritas neste documento estão em acordo com a Legislação vigente tanto a nível Municipal quanto Federal.

2. Projeto de Desenvolvimento Municipal Integrado – O Projeto

2.1. Descrição Geral do Programa

O Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado – PDMI - foi concebido com a finalidade de produzir mudanças estruturais em cinco municípios pólo na metade sul do Estado do Rio Grande do Sul, considerada a mais deprimida economicamente.

O PDMI pretende estabelecer novas bases que possibilitem a conquista de um processo de desenvolvimento urbano e rural amparado na sustentabilidade social, cultural, ambiental e econômica, de forma a reverter os baixos indicadores de qualidade de vida de parte da população que vive nas regiões mais pobres destes municípios.

O Programa prevê uma série de ações estruturais direcionadas à melhoria de áreas importantes nos municípios de Bagé, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria e Uruguaiana, através de intervenções de Qualificação Territorial, Geração de Trabalho e Renda e Desenvolvimento Institucional com ações que visam à qualificação da gestão pública.

2.2. Objetivos do Programa

Objetivo Geral

O objetivo geral do Programa é a melhoria da qualidade de vida das populações residentes nos cinco municípios, principalmente em áreas de grande precariedade urbana e de vulnerabilidade social, por meio de intervenções sociais, econômicas e físico-ambientais articuladas. Espera-se a melhoria da eficiência da gestão pública dos municípios envolvidos, ampliação das oportunidades de trabalho e renda e disponibilização de uma melhor infra-estrutura urbana e rural com equilíbrio sócio-ambiental.

Objetivos Específicos

- Reforçar institucional e tecnicamente os municípios, promovendo a qualificação da gestão pública municipal, melhorando a gestão interna e os serviços prestados à população;
- Melhorar a infra-estrutura urbana e rural (saneamento, drenagem, acessos viários, pavimentação e obras complementares de urbanização), principalmente em áreas carentes;
- Solucionar o problema de áreas de risco dando-lhes outra destinação que evite novas ocupações, através do reassentamento de famílias que vivem em área de risco social e ambiental;

- Estimular a Geração de Renda através do aumento de oportunidades de trabalho e da criação de mecanismos impulsores dos negócios, tanto no meio urbano como rural;
- Capacitar a população para a inserção no mercado de trabalho, priorizando os Arranjos Produtivos Locais (APL), através de ações diretas, fortalecimento de ações cooperativas e associativas e concessão de microcrédito priorizando as populações afetadas pelas intervenções;
- Qualificação ambiental com a adequada utilização e manejo dos recursos naturais, por meio de processos de recuperação de áreas comprometidas e redução de impactos em futuros processos de ocupação.

2.3. Componentes do Programa

Para o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Marco Lógico, o Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado – PDMI – foi estruturado em três componentes que por sua vez se subdividem em subcomponentes e atividades.

2.3.1. Componente 1 - Desenvolvimento Institucional

Constitui o eixo de ação principal do Programa e financiará as atividades relacionadas ao melhoramento do serviço público municipal e a estrutura necessária para a implantação e execução do Programa.

O componente trata da qualificação da gestão pública das cinco administrações municipais, da definição dos arranjos institucionais para a implementação do Programa e do estabelecimento dos mecanismos de gestão, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações previstas nos cinco municípios, considerando a necessidade imperiosa de integração entre os mesmos. Busca uma administração municipal eficiente e eficaz, com estrutura moderna e qualificada, onde os serviços prestados aos cidadãos proporcionem o desenvolvimento social e econômico do município.

Subcomponente Qualificação da Gestão Pública

Contempla as atividades para melhoria do serviço público prestado pelos municípios considerando os serviços de gestão interna, os serviços prestados à população, o aumento da arrecadação e a redução de custos.

Os principais objetivos deste subcomponente são: unificar um sistema de informações que possa ser acessado por todas as secretarias e órgãos municipais; qualificar o fluxo de informações e processos entre os diversos níveis da administração; promover a informatização de toda a estrutura administrativa das Prefeituras Municipais; qualificar o corpo funcional nos diversos segmentos da administração; melhorar a fiscalização dos serviços prestados à população; melhorar a arrecadação e a receita dos municípios.

Subcomponente Gerenciamento e Monitoramento do Programa

Aqui estão contemplados os arranjos institucionais para a implementação do programa, a estrutura e o funcionamento das Unidades de Gerenciamento do Programa (UGP's), o sistema de acompanhamento e monitoramento através de indicadores de resultados e indicadores de impacto.

Tem o objetivo de promover a adequada execução, implantação e avaliação do Programa, observados o planejamento das atividades e os procedimentos recomendados pelo órgão financiador e a legislação brasileira.

2.3.2i. Componente 2 – Geração de Trabalho e Renda

A economia dos municípios está baseada principalmente na agropecuária e no comércio. A indústria possui pouca expressão precisando ser estimulada. Parte considerável do PIB (produto interno bruto) tem origem na microeconomia com muita informalidade nos pequenos negócios.

Busca-se com as diversas ações deste componente uma maior rentabilidade das economias locais por meio da qualificação dos micronegócios, estímulo à criação de unidades empresariais inovadoras de base tecnológicas e criação de novas alternativas geradoras de trabalho e renda.

Subcomponente Reestruturação do Micronegócio

O micronegócio nos cinco municípios possui características semelhantes, sendo constituído principalmente por micro e pequenas indústrias, comerciantes de produtos e serviços, vendedores ambulantes, camelôs e artesãos. São atividades desenvolvidas no meio urbano e rural grande parte na informalidade. Serão implementadas ações para facilitar o acesso ao microcrédito, equalização dos custos financeiros, capacitação dos micro empreendedores com enfoque em gestão do negócio, divulgação e apoio na comercialização. O objetivo é estabelecer um processo de reestruturação e qualificação dos micro e pequenos negócios que são desenvolvidos nos cinco municípios.

Subcomponente Alternativas de Produção Trabalho e Renda

Tradicionalmente a região possui pouca diversificação da produção agrícola na pequena propriedade, e normalmente é trabalhado somente um elo da cadeia produtiva, a produção, resultando em pouca rentabilidade da atividade aos agricultores. Na área urbana os vendedores ambulantes e catadores de resíduos sólidos carecem de melhor organização e condições de trabalho, incluindo o local para desempenho de suas atividades.

Este subcomponente foi planejado para criar novas alternativas de produção agropecuária, estimular a agroindustrialização e apoiar a comercialização dos produtos oriundos da agricultura. Os ambulantes e catadores serão organizados e capacitados,

serão adquiridos equipamentos e construídos prédios para o desenvolvimento das atividades.

Subcomponente Inovação e Modernização Tecnológica

Serão criados dois Parques Tecnológicos nos municípios de Pelotas e Santa Maria, que deverão se constituir em locais geradores de inovação tecnológica, gerando sinergia entre o meio acadêmico e o empresarial para a criação de novas empresas com tecnologia e gestão avançadas. O principal objetivo é criar mecanismos para transformar o conhecimento científico em inovação industrial e promover o desenvolvimento de empresas de base tecnológica na região de abrangência do Programa.

2.3.3. Componente 3 – Qualificação Territorial

Neste componente estão contidas atividades e ações distribuídas em três subcomponentes que abrangem a qualificação do meio urbano, a qualificação do meio rural e o melhoramento ambiental.

Melhoramento Urbano: As atividades a serem desenvolvidas são: definição de vias estruturantes para o transporte coletivo, pavimentação de vias, drenagem pluvial, construção de ciclovias, mobiliário urbano, melhorias na iluminação e sinalização, qualificação de prédios históricos, praças, calçadas, ampliação e reestruturação do sistema de abastecimento de água.

Melhoramento Rural: Os investimentos desse subcomponente são destinados principalmente a melhoria das estradas rurais e a construção e/ou substituição de pontes.

Melhoramento Ambiental: As atividades e ações a serem desenvolvidas estão focadas no tratamento dos esgotos, no adequado gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, manejo da água e preservação da biodiversidade. Estão previstos investimentos para construção de redes coletoras de esgoto, estações elevatórias e estações de tratamento de esgoto, juntamente com limpeza e construção de galerias pluviais além da recuperação de um antigo lixão e implantação de aterro sanitário. Estão previstos reassentamentos de famílias, que vivem em locais inadequados, considerados áreas de risco social e ambiental, situadas nas margens de arroios poluídos e lagoas e, em locais com alto risco de desabamento, além da implantação de um Parque Público, destinado a preservação da Biodiversidade, a educação ambiental, lazer e turismo, além de parques lineares junto aos arroios Cadena e Cancela em Santa Maria.

3. Fundamentos da Política de Reassentamento Involuntário

Toda política de compensação e/ou atendimento deve estar alicerçada em critérios de elegibilidade e estes referenciados aos seus fundamentos, pois só assim pode-se garantir uma atenção adequada a todos afetados respeitando seus direitos e garantindo a possibilidade de recomposição de no mínimo o “status quo” anterior ao empreendimento.

Portanto, neste capítulo apresenta-se os fundamentos que buscam nortear a Política de Reassentamento Involuntário a ser implementada pelo Projeto de Desenvolvimento Municipal Integrado – em especial nos municípios de Rio Grande e Santa Maria.

Sabe-se, também, que o processo de relocação involuntário de população pode gerar grandes transtornos à vida das pessoas afetadas, como por exemplo, empobrecimento, danos ambientais graves, quebra da rede de apoio social, se medidas adequadas não forem devidamente planejadas e implementadas.

Logo, a Política de Reassentamento Involuntário a ser implantada deve ter como meta maior, garantir a recomposição da qualidade de vida das famílias afetadas pelo empreendimento, nos seus vários aspectos – no físico, perda de moradia, - no financeiro, perda de rendimentos financeiros (interrupção de atividades produtivas), - no sócio-familiar, perdas da quebra da rede de apoio social, das relações de vizinhança.

No entanto, o desejável é que a Política de Reassentamento Involuntário proporcione uma real melhoria de vida às famílias afetadas.

A seguir, apresentam-se os fundamentos que nortearão todo o processo de reassentamento do PDMI – Projeto de Desenvolvimento Municipal Integrado:

1. Minimizar o número de imóveis a serem desapropriados. Os projetos de engenharia do Projeto – em especial os referentes aos arroios Cadena, Cancela, a represa no município de Santa Maria e os orla da Laguna dos Patos – Av. Henrique Pancada e Saco da Mangueira no município de Rio Grande, à época da elaboração, deverão buscar soluções que viabilizem a implantação dos serviços e da infra-estrutura e que concomitantemente demandem o menor número de relocação de pessoas.
2. Garantir a oferta de diferentes opções de atendimento é outro ponto fundamental uma vez que as famílias afetadas, ainda que pertencentes à mesma comunidade, a mesma dinâmica social possuem realidades e demandas diferentes daí necessitarem de atendimento / soluções diferenciadas.
3. Garantia da melhoria ou da manutenção das condições de moradia. As moradias a serem ofertadas para o reassentamento deverão atender ao critério de habitabilidade, devendo ser compatíveis com a realidade local. O mais apropriado é que a arquitetura e os materiais empregados sigam o padrão

cultural local e, ao mesmo tempo, asseguram um padrão mínimo de conforto, higiene, habitabilidade e segurança.

4. Garantia da possibilidade de manutenção da renda. As famílias que tiverem suas atividades produtivas interrompidas ou reduzidas em função da alteração do “status quo” existente anterior à obra deverão ser compensadas por estas perdas, de forma a permitir-lhes que possam reconstruir suas atividades produtivas em menor tempo possível. No projeto de Gerenciamento de Resíduos Sólidos em Uruguaiana irá ocorrer esta situação que será devidamente mitigada e compensada pelo empreendedor do projeto.
5. Garantia de pagamento das indenizações pelo valor de reposição do imóvel incluindo as benfeitorias realizadas. Os laudos de avaliação deverão contemplar o levantamento de todos os imóvel(is) afetado(s) inclusive as benfeitorias realizadas indiferente da natureza das mesmas, devendo ser avaliadas pelo método do valor de reposição. O pagamento deve ser antecipado ou no mínimo concomitante à desocupação do imóvel;
6. Garantia da oferta de serviços sociais, como por exemplo: educação, saúde, transporte público, etc.;
7. Busca permanente da minimização dos impactos sociais e/ou ambientais sobre a população;

Não apenas os fundamentos descritos, mas também determinadas ações consideradas “boas praticas” serão adotadas pelas Prefeituras envolvidas no PDMI.

As ações são as seguintes:

- O projeto não imporá condições de negociações que impeçam as famílias de recomponem as suas vidas sociais e produtivas;
- Cada etapa de obra só se iniciará após a relocação das famílias afetadas e diretamente envolvidas;
- A população afetada terá liberdade de escolha quanto à sua opção de atendimento, dentro dos critérios adotados pela política de compensação do Plano de Reassentamento Involuntário, a ser elaborado para cada área de intervenção;
- As reivindicações das comunidades envolvidas pelo projeto serão reconhecidas pelos agentes promotores do projeto;
- Não ocorrerá pressão sobre a população visando atender ao cronograma da obra, devido a possíveis atrasos no cronograma de reassentamento;
- Haverá um mecanismo de reclamos e de recursos administrativos para pessoas atendidas (ou, eventualmente, não atendidas) pelo programa;

As Prefeituras envolvidas no PDMI se comprometem, também a observar e buscar a prática constante durante a execução do reassentamento as seguintes estratégias de atuação:

- Realizar campanhas de esclarecimento e divulgação do projeto;
- O processo de negociação com a população só deverá acontecer quando todas as opções de atendimento estiverem disponíveis
- Fornecer suporte jurídico e social à população sem ônus compreendendo serviços tais como obtenção de registro civil, abertura de conta bancária, abertura de contas de luz e água; obtenção de CPF;
- Definir e apresentar de forma elucidativa para a população afetada quais são as instituições responsáveis pela realização do projeto e a competência de cada uma;
- Fazer gestão para que haja um afinado entrosamento da(s) equipe(s) de reassentamento e a equipe responsável pela execução da obra, de forma a compatibilizar todas as ações necessárias à execução das duas atividades.

4. Formulação da Política de Reassentamento Involuntário

Ao se formular a Política de Reassentamento Involuntário alguns conceitos devem estar definidos e serem aplicáveis e que, sobretudo estejam em concordância com a legislação vigente.

Neste capítulo, as Prefeituras apresentam os conceitos e/ou procedimentos que serão adotados para a formulação da Política de Reassentamento Involuntário:

1. Situação de Afetação;
2. Política de Atendimento e Critérios de Elegibilidade;
3. Participação Comunitária e Mecanismos de Reclamos;
4. Reassentamento – Banco de Terras, unidades Habitacionais;
5. Modalidades de Atendimento;
6. Interrupção de Atividades Produtivas
7. Mecanismos de Controle de Re-Ocupação.

4.1. Situação de Afetação

Uma questão básica para a elaboração de um Plano de Reassentamento Involuntário é determinar a situação de afetação das famílias afetadas pelo empreendimento, em número e em grau de afetação, pois são elementos imprescindíveis para elaboração dos critérios de elegibilidade.

Para isto é necessário que o projeto de engenharia, quando da sua elaboração forneça a linha de off-set da obra porque a partir daí serão determinados quais são os imóveis que se encontram afetados ou não pelo Projeto (quer na fase de implantação, quer na fase de operação) e em que grau é esta afetação.

Cada obra proposta devido a sua natureza deverá provocar uma característica de afetação específica. A seguir serão apresentadas as possíveis situações de afetação que cada obra poderá ocasionar.

A afetação pode ser total ou parcial, direta ou indireta, e para a combinação de cada possibilidade deve ser estabelecido critério de elegibilidade, respeitando sempre os fundamentos estabelecidos.

Afetação Total – ocorre quando é necessária a remoção total do imóvel;

Afetação Parcial – ocorre quando é necessária a remoção parcial do imóvel, devendo ser avaliado a possibilidade do desapropriado poder permanecer na área remanescente;

Afetação Permanente – Pessoas ou área atingida pela obra de forma permanente e irreversível;

Afetação Temporária - Pessoas ou área atingida pela obra de forma temporária podendo ou não ter o cenário revertido ao cenário anterior;

Afetação Direta - Pessoas ou área atingida atingidas pela obra;

Afetação Indireta - Pessoas ou área atingida por ações resultantes da implementação da obra, mas não pela obra em si;

Mas, há também afetações que não são identificadas através do projeto de engenharia, como por exemplo, a interrupção de atividades produtivas, situação que irá ocorrer no Projeto de Uruguaiana devido à interrupção do lançamento dos resíduos sólidos no atual lixão da cidade.

Após a identificação das possíveis afetações a serem ocasionadas pelos empreendimentos será delineada a Política de Atendimento do Projeto.

4.2. Política de Atendimento e Critérios de Elegibilidade

A Política de atendimento do PDMI está calcada na seguinte premissa:

“Pessoas deslocadas deverão ser assistidas nos seus esforços para melhorarem o modo e condições de vida ou pelo menos para restaurar, em termos reais, as condições previamente ao reassentamento ou ao início da implementação do projeto, prevalecendo o qual for mais elevado”.

Para isto a Política de Atendimento e os Critérios de Elegibilidade do PDMI, a serem detalhados quando da elaboração do Plano de Reassentamento Involuntário contemplarão o seguinte:

Todo afetado que tiver acesso a terra deverá continuar a tê-lo após a implantação do projeto independente da sua situação fundiária (proprietário, posseiro, etc.). Para isto a seguir apresenta-se a interpretação de alguns destes conceitos.

Proprietário - pessoa que detém o título de propriedade do imóvel;

Posseiro - ocupante do imóvel por ocasião da elaboração do cadastro, podendo ser, ou não proprietário do mesmo. Divide-se em duas categorias: posseiro direto ou indireto;

Posseiro Direto - dono da benfeitoria, podendo ou não ser proprietário do terreno;

Posseiro Indireto - pessoa ou família que vive sob o regime de cessão ou de inquilinato;

Portanto, os conceitos definidos no item 5.1 agregados aos de proprietários / posseiros acima definidos definem o universo de pessoas a serem atendidas pela Política de Atendimento do Programa, ou seja, quem são os afetados.

Em resumo:

População Afetada ou População Atingida - são todas as pessoas que são impactadas pela obra, de forma permanente ou temporária, direta ou indiretamente. Para ilustrar, são aqueles que terão suas moradias destruídas - diretamente afetados, são os que ficarem sem acesso às suas moradias - indiretamente afetados, são que sofrerem transtornos apenas durante o período de execução das obras - temporariamente afetados, são os que tiverem interrupção permanente ou temporária de suas atividades produtivas., Lembrando que estas situações podem combinar, entre si, de formas diversas.

Os critérios de elegibilidade, a serem definidos no Plano de Reassentamento Involuntário estabelecerão regras para atendimento de cada categoria de afetado, uma vez, que estão relacionados ao grau de afetação, a presença ou não na área no momento do cadastro e aos direitos formais pela terra.

4.3. Participação Comunitária e Mecanismos de Reclamos

Os Planos de Reassentamento Involuntário, a serem elaborados, resultarão do trabalho de cada Prefeitura – Bagé, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria e Uruguaiana (através de seus agentes promotores), em conjunto a população afetada e a entidade financiadora de forma a se buscar que os planos a serem propostos sejam factíveis e atenuadores dos impactos ocasionados possibilitando uma desejável melhoria de vida às famílias afetadas.

Durante todo o processo, antes, durante e depois da implantação das ações as Prefeituras manterão canal de comunicação social com as famílias afetadas de forma clara, transparente e objetiva evitando com isto que notícias sem fundamentos circulem e possam gerar angústia e inquietude junto às famílias.

A forma de implantação e operação deste canal de comunicação será detalhada nos Planos de Reassentamento Involuntário.

Os mecanismos de consultas com as famílias afetadas se darão no mínimo nos seguintes momentos: (i) cadastro censitário sócio-econômico; (ii) levantamento censitário do imóvel afetado, (iii) reuniões nas comunidades; (iv) reuniões com cada família de forma individualizada para apresentar as opções de reassentamento que o Programa lhe oferta (ocorrem de 3 a 5 reuniões com cada família – dados de outros Programas), (v) reuniões sobre re-inserção destas famílias nas novas áreas, etc.

As Prefeituras de Rio grande, Santa Maria e Uruguaiana adotarão providências:

- Manterão um escritório de atendimento às famílias afetadas de fácil acesso e com técnicos em horário integral, todos os dias da semana, durante todo o

processo. Este escritório disporá de equipe e estrutura de atendimento para encaminhamentos de mobilização, sensibilização e atendimento aos reclamos da população.

- Assegurarão que os grupos mais vulneráveis (velhos, famílias chefiadas por mulheres, viúvos (as), famílias chefiadas por muito jovens, etc.) sejam ouvidos a fim de garantir seus direitos.

A participação deverá ocorrer em todas as etapas do processo. A forma de possibilitar isto é: promovendo reuniões, visitas domiciliares, dinâmicas em grupo, e estabelecendo o escritório local. É importante ressaltar que o tema reassentamento por si só já incita uma participação, cabe ao agente executor do Programa extrair deste processo as contribuições que a Comunidade e todos os outros atores do processo podem oferecer e viabilizá-las.

Mecanismos de Reclamos – Caso ocorra durante a implantação do processo de reassentamento um número significativo de reclamações ou de processos sendo negociados pela via judicial, as Prefeituras se comprometem a implantar uma ouvidoria específica para o PDMI, composta por técnicos de diferentes formações a fim de diminuir os conflitos.

Esta ouvidoria estará preparada para captar as reclamações, encaminhá-las aos setores pertinentes, buscar obter soluções, e, sobretudo, dar respostas aos reclamantes.

4.4. Reassentamento – Banco de Terras, Unidades Habitacionais

As Prefeituras durante a elaboração dos Planos de Reassentamento identificarão áreas disponíveis e em quantidade suficiente para implantação de conjuntos habitacionais que atenderão ao reassentamento.

As áreas a serem selecionadas deverão atender aos seguintes requisitos:

- Localizarem o mais próximo possível do atual local de residência dos afetados;
- Com infra-estrutura e serviços urbanos disponíveis ou com potencial de recebimento destes serviços – água, luz, iluminação pública, esgoto, transporte coletivo, escolas, creches, postos de saúde, etc.;
- Ausência de riscos de qualquer natureza (geológicos, inundações, etc);
- Topografia favorável;

As Prefeituras também durante a elaboração do Plano desenvolverão os estudos de parcelamento do solo, projetos das unidades habitacionais que atenderão aos requisitos de habitabilidade, ao código de obras, as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e respeitarão o tamanho da família a ser relocada. A experiência atualmente, em Santa Maria, é de casas uni familiares, com área de 50,0m², dotadas de instalações hidro-sanitários completas.

4.5. Modalidades de Atendimento

As Prefeituras de Rio Grande e Santa Maria irão ofertar diferentes modalidades de atendimento / compensação às famílias afetadas, além do reassentamento em conjuntos habitacionais. A seguir, apresenta-se alguma destas possibilidades que deverão ter conveniência avaliada quando da proposição dos Planos de Reassentamento Involuntários.

As modalidades são as seguintes:

Reassentamento em conjunto habitacional – as Prefeituras construirão unidades habitacionais com a finalidade exclusiva de reassentar as famílias afetadas pelo PDMI e não haverá nenhum ônus para as famílias optantes pelo reassentamento.

Auto – Reassentamento – A família afetada buscará no mercado imobiliário sua moradia. O que diferencia esta situação das demais é que a compensação terá uma parcela de incentivo para a aquisição de uma nova moradia e este processo será monitorado pela Prefeitura. Os valores referentes à parcela de incentivo serão determinados quando da produção do Plano de Reassentamento, pois só neste momento se terá os valores dos imóveis afetados, apropriados pelos laudos de avaliação dos imóveis atingidos e pelo estudo do mercado imobiliário da região de entorno do empreendimento.

Reassentamento Cruzado – Esta modalidade se aplica às situações bastante específicas, pois só é possível quando determinada família afetada negocia com outra família não afetada, ou seja, a família afetada passa a residir na moradia da não afetada e a não afetada se engaja no programa de reassentamento dentro das modalidades ofertadas.

Indenização – Pagamento dos créditos indenizatórios referente ao valor apurado pelo laudo de avaliação, ou seja, no valor de mercado e previamente, conforme previsto pela Legislação brasileira.

Indenização Monitorada ou Auto - Reassentamento – Ver descrição Auto - Reassentamento.

Além das modalidades acima descritas as Prefeituras no momento da elaboração do Plano de Reassentamento para as áreas de intervenção, poderão considerar outras opções que na ocasião se mostrarem factíveis e que atendam aos fundamentos da Política de Reassentamento.

As famílias afetadas poderão retirar todo o material das moradias a serem demolidas que desejarem e as mudanças do mobiliário serão realizadas pelas Prefeituras sem ônus para os afetados ou, então, poderá se pagar às famílias um valor pré-estabelecido referente à mudança.

4.6. Interrupção de Atividades Produtivas

Quanto às pessoas que desenvolvem atividades produtivas e que terão de encerrá-las em função do PDMI, estas também serão compensadas pelas Prefeituras.

Esta categoria de afetados apresenta alta complexidade de análise, pois se pode deparar com atividades regulares e/ou formais e atividades informais. As atividades irregulares não serão objetos de compensação; por atividades irregulares entendem-se aquelas consideradas ilícitas, contravenções.

As atividades produtivas formais terão seus valores apurados de acordo com o previsto pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Para as atividades não formais, como por exemplo, ambulantes, prestadores de serviços, as Prefeituras adotarão metodologia própria de apuração de valores que levará em conta os critérios técnicos devidamente adaptados à realidade local, tomando por base o cadastro imobiliário e os laudos de avaliação, que deverão adotar metodologia adequada, e serão produzidos quando da elaboração do Plano de Reassentamento Involuntário.

4.7. Mecanismos de Controle de Re-Ocupação

As Prefeituras envolvidas no PDMI estão atentas da necessidade de estabelecer uso e critérios de ocupação das áreas após a conclusão das intervenções de forma a evitar a re-ocupação das áreas, que se tornarão ainda mais atrativas após os investimentos.

No caso das obras dos arroyos Cadena e Cancela, em Santa Maria, está questão ainda é mais premente, pois os mesmos apresentam – relativa extensão, trechos com áreas livres, próximas ao centro de trabalho e econômico da cidade – e, portanto, será necessário quando da elaboração do Plano de Reassentamento Involuntário e dos projetos urbanísticos a proposição de uso e ocupação do solo e de mecanismos de controle das áreas do entorno, a fim de se evitar uma possível re-ocupação, uma vez que após à intervenção o grau de atratividade deverá aumentar significativamente.

Esta atenção e cuidado serão adotados para todas as obras do PDMI.

5. Procedimentos para Elaboração de Plano de Reassentamento Involuntário

Considerando que optou-se por desenvolver a Política de Reassentamento Involuntário do PDMI – Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado as Prefeituras de Rio Grande, Santa Maria e Uruguaiana apresentam neste capítulo o roteiro / procedimentos que deverão ser adotados / utilizados no momento da elaboração dos Planos de Reassentamento Involuntários para as obras que demandarão relocação de população.

Os procedimentos contemplam os Fundamentos, que alicerçam a Política de Reassentamento Involuntário, mas também adoção de métodos de trabalhos consagrados em outros projetos de mesma natureza e que foram considerados como “boas praticas”.

As Prefeituras disporão de equipe interdisciplinar composta por profissionais nas seguintes áreas: ciências sociais, engenharia civil e ambiental, arquitetura e urbanismo, direito fundiário e urbano, antropologia para a elaboração dos Planos.

Os procedimentos para preparação de um Plano de Reassentamento Involuntário podem ser divididos em 3 etapas distintas, constituindo-se assim um roteiro:

- Etapa 1 - Coleta de Dados;
- Etapa 2 - Planejamento e Elaboração da Política de Atendimento;
- Etapa 3 - Elaboração do Plano de Ação.

Roteiro para elaboração de Plano de Reassentamento Involuntário:

ETAPA 1 – Coleta de Dados

- a. Estudo do Projeto de Intervenção / Definição da Poligonal Afetação
- b. Decreto de Utilidade Pública
- c. Cadastramento dos Imóveis e Famílias Afetadas
- d. Notificação
- e. Pesquisa sobre o Perfil Sócio-econômico das Famílias Afetadas
- f. Cadastro Imobiliário
- g. Estudo Domínio da Terra
- h. Estudo Documentação Pessoal
- i. Banco de Terras / Definição Modelo Parcelamento e Habitacional
- j. Pesquisa de Mercado de Trabalho e Geração de Renda

ETAPA 2 – Elaboração do Plano

- k. Análise do Perfil Sócio-econômico das Famílias Afetadas
- l. Laudos de Avaliação e Análise da Avaliação dos Bens Afetados
- m. Definição do Grau de Afetação – Quantitativa e Qualitativa
- n. Definição da Política de Atendimento

- o. Definição dos Critérios de Elegibilidade

ETAPA 3 – Plano de Ação

- p. Matriz Institucional
- q. Cronograma
- r. Orçamento;
- s. Fonte de Recursos

Etapa 1 – Coleta de Dados

- a. Estudo do Projeto de Intervenção / Definição da Poligonal de Afetação – As alternativas de projeto deverão sempre considerar a minimização do número de relocações. Uma vez definidas quais as relocações necessárias deverão ser traçadas as poligonais de afetação da obra.
- b. *Decreto de Utilidade Pública* - Definidas as poligonais de cada área deve ser elaborado um decreto de utilidade pública para fins de desapropriação de todos os imóveis e benfeitorias inseridos na área definida pelas poligonais.
- c. Cadastramento dos Imóveis e Famílias Afetadas – O cadastramento deverá ser realizado de forma censitária tanto no que se refere às famílias afetadas quanto aos imóveis afetados. O cadastro é um instrumento de controle do processo de ocupação da área, pois em áreas de assentamento espontâneo, quando divulgado a existência de plano de intervenção, essas se tornam alvo de ocupação por especuladores. O cadastramento deve ser detalhado de forma a possibilitar à obtenção dos dados necessários à formulação da política de atendimento. Durante a realização do cadastramento todos os imóveis afetados deverão ser fotografados e numerados.
O cadastro conterá no mínimo as seguintes informações:
 - ✓ Quantos e quem são os ocupantes do imóvel;
 - ✓ Qual o vínculo familiar e/ou social entre eles;
 - ✓ Regime de ocupação do imóvel (proprietário com escritura, ocupante, inquilino, cedido, etc.);
 - ✓ Regime de Utilização (atividades produtivas realizadas no imóvel);
 - ✓ Identificar se há outra família sob o mesmo teto;
 - ✓ Tempo de residência no imóvel;
 - ✓ Renda Familiar;
 - ✓ Número de participantes na renda familiar;
 - ✓ Sexo do chefe da família;
 - ✓ Escolaridade dos ocupantes com destaque para os participantes na renda familiar;
 - ✓ Atividade ocupacional;
 - ✓ Número de crianças, idosos e deficientes;
 - ✓ Tipo de combustível utilizado para o preparo de alimentos;
 - ✓ Participação em organização social.

O cadastro das pessoas afetadas deverá ser público e estar disponível em locais de fácil acesso para consulta pela população.

O cadastro deverá ser georeferenciado, o que garante maior precisão no controle dos dados e da ocupação da área.

Se houver um intervalo superior a 2 anos entre a elaboração do cadastro e o início da negociação com as famílias, o cadastro deverá atualizado e deverá incorporar todas as alterações ocorridas. As pessoas que se inserirem na área neste tempo farão jus ao atendimento do PDMI. No entanto, aquelas que se inserirem na área ou realizam ampliações ou melhorias significativas nos seus imóveis *após o cadastro* não terão direito às compensações, o que será amplamente divulgado desde a data do cadastro.

- d. Notificação - Concomitantemente ao cadastro, as Prefeituras farão a notificação das famílias sobre a sua afetação pelo PDMI e quais são os procedimentos para alteração / ampliação do imóvel afetado e a qual órgão deverá se reportar a partir desta data, bem como sobre a regra de atendimento a pessoas que se inserirem na área após o cadastro.
- e. Pesquisa sobre o Perfil Sócio-econômico das Famílias Afetadas - Simultaneamente as atividades c e d as Prefeituras realizarão uma pesquisa sócio-econômica das famílias afetadas que poderá ser realizada de forma censitária ou amostral a ser definida para cada área de intervenção em função da heterogeneidade das famílias e dos imóveis afetados. O importante é que o perfil seja delineado de forma a embasar a definição da política de atendimento. Devem ser considerados tais fatores como longevidade da ocupação da área; identidade étnica; relações de parentesco; relações com populações vizinhas; instituições de bairro tais como clubes sociais ou esportivos; igrejas, creches, festas populares; etc.; serviços públicos utilizados pela população;
- f. Cadastro Imobiliário - O cadastro imobiliário ou a etapa de levantamento de dados para a elaboração dos laudos de avaliação será realizado concomitantemente as atividades (c), (d) e (e). O cadastramento imobiliário será realizado para todos os imóveis e benfeitorias existentes independente de sua natureza (árvores, canil, criatórios, hortas, etc).
O cadastro imobiliário fornecerá no mínimo os seguintes dados:
 - ✓ Numerar, fotografar todos os imóveis e que o número apareça na foto;
 - ✓ Elaborar croqui do imóvel com todas as medidas, de preferência medidas externas;
 - ✓ Cadastrar toda e qualquer benfeitoria, como por exemplo: muros, cisternas, fossas, hortas, pomares, canil, criatórios, etc.;
 - ✓ Definir as medidas, limites e confrontações do terreno;
 - ✓ Cadastrar os serviços disponíveis na moradia, como, por exemplo, água, luz, esgoto, telefone, pavimentação, creche, escola, playground, quadras

- esportivas, postos de saúde, transportes públicos, comércio popular e de primeira necessidade (bodegas, supermercados, farmácias), etc.;
- ✓ Descrever as condições topográficas e de localização;
- ✓ Indicar o grau de afetação do imóvel pela obra, ou seja, indicar a posição da linha de off-set no croqui do imóvel;

Quando da realização do cadastro imobiliário o ocupante e/ou proprietário deverá acompanhar o levantamento.

- g. Estudo Domínio da Terra – As Prefeituras estudarão a cadeia dominial dos terrenos relativos à área de intervenção e investigará a regularidade da posse da terra. Estes estudos são fundamentais para que se possa efetuar o processo de desapropriação e reassentamento, bem como o processo de regularização fundiária das famílias remanescentes.
- h. Estudo Documentação Pessoal - Será também realizado pelas Prefeituras um estudo sobre se as famílias afetadas possuem os documentos pessoais necessários à efetivação de um processo de relocação, pois independente da opção da família, se créditos indenizatórios se opção pelo reassentamento, os documentos são necessários.
- i. Banco de Terras / Modelo de Parcelamento e Habitacional – As Prefeituras identificaram áreas disponíveis e em quantidade suficiente para o reassentamento da população. Quanto ao modelo de parcelamento este deverá atender aos requisitos de habitabilidade ao código de obras municipal e as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- j. Pesquisa de Mercado de Trabalho e Geração de Renda – No caso específico de Uruguiana será realizada pesquisa a fim de identificar a cadeia de produção na qual se insere o trabalho de seleção / reciclagem de material de forma a subsidiar a política de atendimento a ser elaborada para mitigar os impactos de ruptura de renda ocasionados.

ETAPA 2 – Elaboração do Plano

Concluída a etapa 1 - composta pelas atividades anteriormente descritas e que se caracterizam basicamente por trabalhos de campo e de recolhimento de dados inicia-se a etapa 2 que é caracterizada pela análise de dados e pela proposição da política de atendimento.

- j- Análise do Perfil Sócio-econômico das Famílias Afetadas - De posse dos dados de campo as Prefeituras procederão à elaboração dos gráficos e tabelas que permitirão a definição e a análise do perfil sócio-econômico das famílias afetadas. O perfil é importante instrumento para a elaboração da política de atendimento, pois é através deste instrumento que se pode aquilatar o grau de vulnerabilidade das famílias afetadas.

- k- Laudo de Avaliação / Análise da Avaliação dos Bens afetados - Concluída a etapa de cadastramento imobiliário as Prefeituras executarão os laudos de avaliação dos imóveis afetados. O método de avaliação a ser adotado é o de reprodução do bem em condições mínimas de habitabilidade (ver acima), não devendo ser aplicado o coeficiente de depreciação por idade ou estado de conservação do imóvel. Na elaboração propriamente dita do laudo de avaliação todos os componentes do imóvel que estiverem acima do padrão adotado como referência deverão ter seu valor apropriado e devidamente incorporado ao valor do mesmo. Para adoção dos valores de avaliação deverá ser realizada uma pesquisa de preços junto ao setor de construção civil bem como uma pesquisa junto ao mercado imobiliário local para o estabelecimento de parâmetros. Concluída a elaboração dos laudos os valores dos mesmos serão listados em ordem crescente quando se realizará a análise sobre os valores obtidos, o grau de afetação, e outros aspectos que, no desenvolvimento do projeto, se mostrarem pertinentes. Este dado é fundamental quando da proposição da política de atendimento, vide item m e n.
- l - Definição do Grau de Afetação – Quantitativa e Qualitativa - Com a conclusão das atividades anteriores deverá ser elaborada uma lista indicando o grau de afetação dos imóveis. De início pode-se classificá-los em 2 categorias afetação total e parcial. Para os que se enquadrarem na categoria de afetados parcialmente será realizado um estudo mais detalhado, a fim de se identificar qual o comprometimento desta afetação. É preciso verificar se o imóvel está sendo apenas tangenciado pela obra ou se haverá comprometimento no uso da edificação. Dever-se-á considerar a habitabilidade (ou uso comercial) do imóvel na fase de operação da obra. Outra possibilidade que será estudada é a reconstrução da parte afetada dentro de uma possível área remanescente. Após esta análise mais detalhada será apurado o número real das relocações que demonstraram ser inevitáveis e imprescindíveis à implantação do Programa.
- m- Definição da Política de Atendimento - As Prefeituras de posse da base de dados gerada pelo perfil sócio-econômico das famílias afetadas, do cadastramento dos imóveis, dos laudos de avaliação, do estudo do domínio da terra, da pesquisa de mercado de trabalho e geração de renda (quando for o caso), da definição do grau de afetação (quantitativo e qualitativo), das atas de reuniões realizadas com as lideranças e comunidade e da Política de Reassentamento Involuntário do PDMI deverá realizar um processo de discussão envolvendo a equipe responsável pela elaboração desta base e especialistas em reassentamento involuntário para análise e proposição de ensaios e definição de propostas de compensação que contemple várias opções de atendimento, que atendam os diferentes perfis de composição familiar.
- n- Definição dos Critérios de Elegibilidade - Definida a Política de Atendimento resta estabelecer os critérios de elegibilidade para sua aplicação. O critério de elegibilidade está relacionado ao grau de afetação, a presença ou não na área no momento do cadastro e aos direitos formais pela terra.

ETAPA 3 – Plano de Ação

O plano de ação tem por objetivo ordenar as atividades propostas dando-lhes cronologia, definindo as fontes e o volume dos recursos necessários para sua realização bem como o papel de cada agente envolvido.

Todos os Planos de Reassentamento Involuntário a serem elaborados, um para cada área de intervenção, deverão ter seu Plano de Ação que serão compostos dos seguintes instrumentos: Matriz institucional, Cronograma, Orçamento, Fonte de Recursos.

- o - Matriz Institucional - A Matriz deve apresentar quais são os órgãos e empresas envolvidos na elaboração e implantação do plano sendo que a competência de cada um deles deve ser claramente especificada e divulgada junto à comunidade.
- p- Cronograma de atividades - O cronograma de atividades é um importante instrumento de controle para um projeto de múltiplas tarefas, com relativa complexidade e no qual a questão do tempo é fator vital para a sua realização com sucesso. Realizar a tarefas dentro do prazo desejável é o principal fator de redução dos impactos gerados. A não realização das atividades dentro do prazo previsto acarreta atraso na obra e por via de consequência insegurança às famílias afetadas. Portanto, as Prefeituras se propõe a manter um extremo controle do cronograma de atividades.
- q- Orçamento – O orçamento deverá contemplar além das despesas referente à construção dos conjuntos habitacionais e da infra-estrutura o pagamento das indenizações, o custeio da equipe, os projetos e as possíveis despesas judiciais.
- r- Fonte de Recursos - O quadro fonte de recursos será elaborado a fim de demonstrar quais são as atividades financiadas e as executadas com orçamento das Prefeituras e as que são executadas com financiamento. Vale lembrar, que aquisição de terras não é atividade financiada pelo Banco Mundial.

6. Procedimentos de Desapropriação

Introdução

Durante a execução do Projeto de Desenvolvimento Municipal Integrado pode ocorrer à necessidade de desapropriarem imóveis ou remover pessoas de forma isolada ou em pequenos grupos (de no máximo 10 propriedades) para a implantação de determinada frente de obra.

As desapropriações destes imóveis devem estar em consonância com a Legislação vigente e a recomendações do BIRD e a Política de Reassentamento Involuntário do Projeto de Desenvolvimento Municipal Integrado. E deverá ser elaborado um Plano de trabalho específico para estes casos que será submetido ao BIRD para sua não objeção. Este plano de trabalho deverá anteceder toda e qualquer ação, devendo conter além das etapas de trabalho cronograma de atividade devidamente compatibilizado com o cronograma da obra.

Procedimentos para Desapropriação

A seguir, apresenta-se um roteiro com as ações principais a serem desenvolvidas no caso de desapropriação:

1. Identificação dos Imóveis Afetados – Durante a elaboração do projeto básico da obra deverá ser feita a identificação dos imóveis afetados. Muito importante é, nesta fase, estudar opções de realização da obra de forma a minimizar o número de imóveis afetados, ou seja, diferentes alternativas de projetos devem ser analisadas de forma a ponderar que a solução adotada seja a mais eficiente e que as remoções envolvidas sejam de fato necessárias.
2. Decreto de Utilidade Pública – Definido os imóveis a serem desapropriados deverá ser publicado o Decreto de Utilidade Pública para fins de Desapropriação com o objetivo de implantar as obras do Projeto de Desenvolvimento Municipal Integrado, pelo executivo municipal.
3. Cadastro Sócio-econômico – Realização do cadastro sócio-econômico para identificação do perfil social dos ocupantes do imóvel e, sobretudo, da situação fundiária do imóvel.
4. Cadastro Imobiliário – Realização do cadastro imobiliário do imóvel a fim de subsidiar a elaboração do laudo de avaliação.
5. Pesquisa Mercado Imobiliário e Construção Civil – Realização de pesquisa de mercado imobiliário local e da construção civil, tendo nas duas situações o padrão do imóvel como referência.
6. Laudo de Avaliação – Elaboração do laudo de avaliação do imóvel a ser desapropriado, pelo método de reprodução do bem, ou seja, não deverá ser aplicado os índices de depreciação e estado de conservação do imóvel,

garantindo assim que o valor a ser pago possa proporcionar a aquisição de uma moradia de melhor qualidade.

7. Convocação do Proprietário e/ou Posseiro – Neste momento o Proprietário e/ou Posseiro deverão ser convidados para o processo de negociação e para apresentação de documentos pessoais e referentes ao imóvel. Este convite, após algumas tentativas de entendimento, se não atendido poderá ter caráter de notificação extrajudicial.
8. Processo de Negociação – Durante o processo de negociação, além das questões de ordem legal e administrativas, o agente promotor deverá também orientar os desapropriados quanto a necessidade de destinar o dinheiro recebido para a questão da aquisição de outro imóvel, esclarecendo os riscos caso o dinheiro seja destinado à aquisição de bens de consumo ou em investimentos sem futuro.
9. Desapropriação Administrativa – Esta modalidade de desapropriação ocorre quando há um entendimento entre as partes, órgão promotor da desapropriação e desapropriado. Logo, é montado um processo que deverá conter no mínimo as seguintes peças:
 - a. Decreto de Utilidade Pública;
 - b. Cadastro sócio econômico;
 - c. Cadastro Imobiliário;
 - d. Laudo de avaliação;
 - e. Documentação relativa ao(s) proprietário(s) - Pessoa Física:
Carteira de Identidade;
CPF;
Título de eleitor e Comprovação de quitação eleitoral;
Certidão de Nascimento, se for solteiro;
Certidão de casamento (se for o caso, com averbação de separação, divórcio e/ou viuvez);
Certidão Negativa de Distribuição Judicial (marido / mulher);
Certidão Negativa de Protestos;
Certidão Negativa de Feitos Federais.
 - f. Documentos Relativos ao Imóvel Expropriado
Escritura de Aquisição;
Registro do imóvel;
Certidão Negativa de ônus Reais sobre o imóvel;
Certidão Negativa de débitos municipais;
Certidão vintenária sobre o domínio do imóvel;
10. Desapropriação Judicial – Não havendo o entendimento entre as partes a desapropriação ocorrerá judicialmente. Para isto será proposto um Processo Judicial, pelo órgão promotor da desapropriação que indicará o valor avaliado pelo imóvel. O Juiz responsável pelo processo poderá acatar este valor autorizar o depósito e emitir o Órgão na posse do imóvel ou poderá nomear um perito judicial que fará uma nova avaliação. Caso o valor de avaliação do perito judicial seja acatado pelo órgão este deverá efetuar o depósito e posteriormente o Juiz o emitirá na posse do imóvel. O desapropriado poderá acatar o valor depositado e retirá-lo, mas para isto deverá estar representado por um advogado,

senão poderá retirar 80% do valor e dando continuidade ao processo de avaliação. Importante – Neste caso tanto o órgão quanto o desapropriado deverão contar com profissional com advogado. Emitido da posse o órgão deverá entrar em contato com o oficial de justiça responsável pela execução do mandato a fim de dar apoio ao cumprimento do mesmo, quer seja assumindo a guarda dos valores (fiel depositário, quer seja, oferecendo meios de promoção da mudança) a fim de reduzir os transtornos e impactos ocasionados pela retirada de uma família por cumprimento de dispositivo judicial.

11. Demolição do Imóvel – O órgão responsável pela desapropriação após a retirada dos ocupantes deverá promover a imediata demolição a fim evitar a re-ocupação do mesmo.

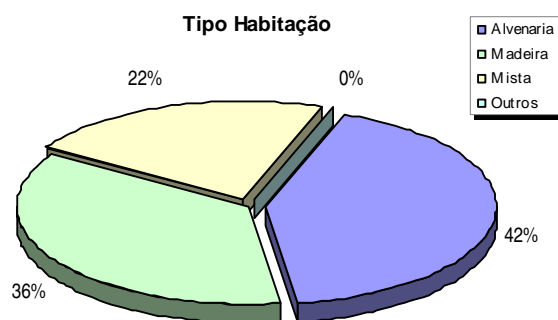
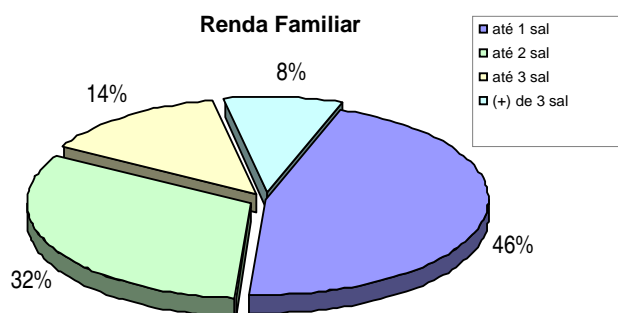
Anexo II – Perfil Sócio-econômico População Afetada – Rio Grande

1.0 Perfil Sócio-econômico População Afetada – Rio Grande

1.1 Perfil das Famílias Ocupantes da Orla – Saco da Mangueira

³Os gráficos, a seguir, apresentam de forma visual, as principais distribuições das variáveis sócio-econômicas da região do Saco da Mangueira.

Diagnóstico de situação antrópica a partir de amostragem por entrevistas a população local.



³ Dados extraídos do documento Estudos Visando A Urbanização E Recuperação Ambiental Da Orla Do Saco Da Mangueira – Rio Grande, ano 2006, Prefeitura Municipal de Bagé Estado do Rio Grande do Sul, ACL – Assessoria e Consultoria Ltda.

